

# ‘Temos que socorrer redes defeituosas’ :: Antônio Gois (Jornal O Globo, em 17.04.2015)

## O GLOBO – Antônio Gois entrevista Mangabeira Unger

Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos dá detalhes do plano para a ‘Pátria Educadora’, encomendado a ele pela presidente Dilma. Municípios com maus resultados educacionais poderão até sofrer intervenção

---

***“No debate (sobre meritocracia) há uma corrente que eu pessoalmente descreveria como uma espécie de confucionismo filosófico sediado em algumas das faculdades de pedagogia, amancebado com o interesse corporativista de alguns dos sindicatos de professores”***

---

O plano da Pátria Educadora, encomendado por Dilma ao ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), prevê até intervenção em cidades com maus resultados. O plano para tirar o slogan da “Pátria Educadora” do papel, que está sendo gestado a pedido da presidente Dilma Rousseff na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência (SAE), prevê que municípios com baixo desempenho sofram intervenção caso não consigam melhorar seus indicadores educacionais. Segundo o ministro da pasta, Roberto Mangabeira Unger, a medida é inspirada nas comissões do SUS (Sistema Único de Saúde).

— Não podemos permitir que a qualidade da educação que uma criança brasileira receba dependa do acaso do lugar onde nasceu. Teríamos que associar os três níveis da federação em órgãos conjuntos colegiados, como acontece no SUS, para socorrer essas redes defeituosas e, quando necessário, intervir, assumi-las, e devolvê-las consertadas, como se faz com empresas em situação falimentar — diz Mangabeira.

O ministro já apresentou as propostas gerais do plano à presidente, e diz que estava dialogando com o ex-ministro Cid Gomes, mas ainda não teve tempo de detalhar suas ideias ao atual titular do MEC, Renato Janine Ribeiro.

O plano prevê ainda uma ampla reforma curricular, a implementação de centros de formação de diretores e professores, e adoção de critérios meritocráticos — inspirados em modelos empresariais adaptados à educação — para escolha de diretores, além da criação de uma rede federal de escolas de referência. O projeto prevê quatro grandes eixos, já encampados e enunciados pela presidente Dilma na posse de Janine. O primeiro deles é a reconstrução de mecanismos de cooperação entre os entes federativos. O segundo trata de currículo. O terceiro

trata de formação de professores e o quarto, do uso de tecnologias para enriquecer o processo pedagógico.

Como o governo vai intervir em municípios com maus resultados?

O termo intervenção ninguém vai querer usar, porque é inconveniente. Queremos conciliar gestões locais com padrões nacionais. Para isto, um dos requisitos é poder agir para consertar quando um conjunto local de escolas persistentemente caia aquém do padrão mínimo aceitável. Temos primeiro que reorganizar o regime federativo, para haver órgãos colegiados que primeiro tentem acompanhar, socorrer e reorientar aquela rede defeituosa. Mas, se necessário, depois de um tempo, deve-se assumi-la. Entregá-la a outros gestores. Consertá-la, e devolvê-la. Isso não pode ser feito por uma intervenção federal. Tem que ser feita por órgãos transfederais, como já acontece no SUS, que juntem os três níveis da federação em entidades conjuntas.

É justo cobrar resultados de municípios sem a União dar mais recursos?

Temos no Brasil esse hábito de achar que o dinheiro resolve tudo. Claro que precisamos de mais recursos, mas necessitamos também de instituições e ideias, e é disso que eu estou cuidando. No caso da reorganização do regime federativo, há três elementos essenciais. O primeiro é a avaliação dos resultados, e foi aí que mais avançamos. O segundo, que envolve dinheiro, é aperfeiçoar mecanismos de redistribuição de recursos e quadros de lugares mais ricos para os mais pobres. Apenas começamos a avançar nessa agenda. Precisamos assegurar patamares mínimos. E o terceiro elemento, mais difícil, é este de construção de procedimentos corretivos. Num primeiro momento, há muito que pode ser feito por mera mudança de práticas, mas, em etapas seguintes, seria preciso regulamentar o artigo 23 da Constituição, que trata das competências concorrentes, e contemplar uma revisão constitucional.

Qual é a proposta do governo de mudança do currículo?

O coração desse projeto é a reorientação da maneira de ensinar e aprender. O primeiro foco dessa iniciativa é a substituição da orientação enciclopédica por um ideal de aprofundamento seletivo, como palco para a aquisição de capacitações analíticas. Tradicionalmente o currículo no Brasil tem sido o livro didático. Não estamos propondo substituir uma enciclopédia grande por outra pequena. O que vale é a profundidade, não a abrangência.

Como qualificar o professor?

Há um conjunto de iniciativas que estamos considerando. Uma delas é a criação de centros regionais de formação de diretores. Temos também a ideia de organizar centros de qualificação avançada de professores. Há ainda a proposta de uma prova nacional docente. Por fim, estamos considerando também como começar a organizar diretrizes de uma carreira

nacional docente, vinculada ao piso nacional. Isso não pode ser imposto, teria que ser organizado por mecanismos de adesão voluntária.

O senhor tem citado os casos de Sobral e Foz do Iguaçu como experiências bem-sucedidas no Brasil, inspiradas numa “cultura empresarial” e meritocrática. Mas avaliações rigorosas sobre programas meritocráticos, como o pagamento de bônus por resultados a professores, mostram que em muitos locais isso não elevou o aprendizado.

Mas eu digo também que esse paradigma empresarial é insuficiente. No esboço do plano, não incluí uma proposta de premiação a professores. Minha posição pessoal é que esses incentivos e premiações sejam coletivos, para toda a escola. Neste debate, temos duas correntes de opinião. Uma é a organizada sob a égide do paradigma empresarial, que motivou muitos desses experimentos relativamente bem-sucedidos, mas de fôlego curto. A outra corrente eu muito criticamente descreveria como uma espécie de confucionismo filosófico sediado em algumas das faculdades de pedagogia, amancebado com o interesse corporativista de alguns dos sindicatos de professores. Essa é a minha posição pessoal, não do governo. Esta segunda corrente abraça a causa igualitária e republicana, e oculta os seus interesses e seus preconceitos atrás do escudo de uma retórica republicana. São as duas correntes que nós temos, os empresários e o pseudoesquerdismo republicano. Minha premissa é que elas não bastam para orientar nosso debate. Não quer dizer que não tenham nada a contribuir, temos que dialogar com elas, mas não podemos nos render a elas.

O ministro Renato Janine Ribeiro, da Educação, está ciente do plano?

Quando eu assumi a Secretaria de Assuntos Estratégicos, em 5 de fevereiro, a presidenta me pediu que priorizasse o projeto de qualificação do ensino básico, a pátria educadora. Passei a trabalhar intensivamente com ela e com o então ministro Cid Gomes, e a dialogar com todos os interessados em educação: professores, sindicatos, estudiosos. E começamos então a construir as grandes linhas desse projeto.

Mas houve o incidente com o ministro Cid Gomes, e o novo ministro assumiu. Ele está procurando conhecer as questões de sua pasta, e lidar com problemas prementes, como o Fies. Não tive ainda oportunidade de discutir em pormenores com ele o plano. Transmiti os textos que esboçam o que já havíamos debatido, e confio inteiramente que o trabalho continuará. O plano não é um amontoado de ações tecnocráticas desconexas. Não é um acerto entre dois ou três ministros. Tem que ser uma construção coletiva inspirada num ideário. É assim que o estou concebendo, como um trabalho de largo fôlego, para unir e entusiasmar o país.